



maratona **mege**

**QUESTÕES
E GABARITOS
COMENTADOS**
ENVIADOS NOS GRUPOS
DO DIA 26/03 ATÉ 11/04



<https://blog.mege.com.br/maratonamege>
#maratonamege #fiqueemcasa

OBSERVAÇÕES INICIAIS

- ✓ Fizemos um compilado de todas as questões enviadas do dia 26/03/2020 a 11/04/2020 e seus respectivos gabaritos comentados.
- ✓ A nossa intenção com este projeto é auxiliar nossos alunos e seguidores a seguirem em seus estudos neste período de quarentena. É nossa missão seguir ao lado de todos e pedimos que levem esta iniciativa a outros colegas que se encontrem em cenário de ansiedade ou desmotivados sem maior direcionamento para este período.
- ✓ Continuaremos com envio de questões diárias aos grupos de Whatsapp e Telegram até o final de nossa maratona (03/05/2020).
- ✓ Se você não nos conhece e quer saber se vale a pena confiar seus dias ao nosso lado, temos boas credenciais neste link de aprovações de nossos alunos em nosso site: <https://mege.com.br/aprovacoes>
- ✓ Vai ser divertido percorrer esse período de estudo juntos. Será ainda mais se marcarmos nossa hashtag #maratona mege em suas publicações de estudo. Queremos muito receber o feedback de todos vocês.
- ✓ Agradecemos a confiança dos mais de 13.000 inscritos (até 12/04) em nossa campanha voltada para apoio na quarentena.

Bons estudos!

#euvouestudar #maratona mege

2

DIA 26/03/2020

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2019 - MPE-MT - Promotor de Justiça Substituto) À luz da disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria,

(A) o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, e poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa, exigindo-se, para tanto, a manifestação de vontade do indivíduo e laudos médico e psicossocial atestando a necessidade da alteração.

(B) em tema de cooperação internacional na repressão a atos de criminalidade comum, a existência de vínculos conjugais e/ou familiares com pessoas de nacionalidade brasileira se qualifica como causa obstativa da extradição.

(C) os prazos da licença-adoptante e das respectivas prorrogações podem ser inferiores ao prazo da licença-gestante, ademais de, em relação à licença-adoptante, ser possível a fixação de prazos diversos em função da idade da criança adotada, conforme as necessidades inerentes à fase de vida da criança.

(D) não é lícito ao Poder Judiciário impor à Administração pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, sob o argumento de se dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, em virtude de ser oponível à decisão o argumento da reserva do possível, bem como o princípio da separação dos poderes.

(E) a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.

3

RESPOSTA: E**COMENTÁRIOS**

(A) Incorreta.

Recurso Extraordinário 670422

MIN. DIAS TOFFOLI

1 – O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da

manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

2 – Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo “transgênero”.

3 – Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial.

4 – Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

(B) Incorreta.

Súmula 421, STF: Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

(C) Incorreta.

Recurso Extraordinário 778889

Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO

Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.

4

(D) Incorreta.

Recurso Extraordinário 592581

Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI

É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.

(E) Incorreta.

Recurso Extraordinário 603616

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

2. (Ano: 2017, Banca: Cespe, Órgão: TJPR, Cargo: Juiz de Direito) Acerca da formação histórica, da classificação e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Por versar sobre o direito à saúde do trabalhador, a Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho tem status de norma constitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

(B) A eficácia imediata dos direitos fundamentais encontra limites no núcleo irreduzível da autonomia pessoal, situação em que se configura a eficácia moderada na relação entre os poderes privados e os indivíduos.

(C) A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, de 1776, similarmente à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França em 1889, simbolizou o ideal do legislador como representante do interesse geral.

(D) Por integrar o rol dos direitos fundamentais de defesa, a liberdade de associação é incompatível com a edição de normas disciplinadoras do seu exercício pelo Estado.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

5

(A) Incorreta.

A Convenção não foi aprovada com status de Emenda Constitucional, na forma do que dispõe o art. 5º, §3º, da CF/88. Versando sobre direitos humanos terá, portanto, status de norma supralegal.

(B) Correta.

A eficácia dos direitos fundamentais de fato é imediata, mas nas relações privadas a eficácia deve ser moderada pelo “núcleo irreduzível da autonomia pessoal”, conforme teoria de Canotilho, para a qual remetemos a leitura (V. DOUTRINA).

(C) Incorreta.

As declarações, embora tenham algum grau de semelhança, tiveram objetivos distintos, uma vez que a declaração americana teve como foco a independência dos estados, ao passo que a declaração francesa possuiu um foco no interesse do povo em geral. Além disso, há um erro na data da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que é datada de 1789.

(D) Incorreta.

Não há direito absoluto em nosso ordenamento jurídico. Assim, conforme estatui a própria Constituição, é livre o direito de associação (art. 5º, XVII), sendo vedada a de caráter paramilitar, podendo o Estado disciplinar o seu exercício caso haja alguma ilegalidade em sua atuação.

DIREITO ELEITORAL

3. (TJAL/2019/JUIZ SUBSTITUTO/FCC) Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar:

(A) Compete ao Juiz Eleitoral processar e julgar o registro e o cancelamento de registro dos diretórios municipais de partidos políticos.

(B) Junta Eleitoral é órgão da Justiça Eleitoral composta pelo Juiz de Direito, que a preside, pelo representante do Ministério Público eleitoral e por dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.

(C) O Tribunal Superior Eleitoral é composto, entre outros, por dois Juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Senado Federal.

(D) Os tribunais regionais federais elegerão seu Presidente e Vice-Presidente dentre os Juízes que os compõem.

(E) Além da função jurisdicional, o Juiz Eleitoral exerce função administrativa, já que investido de poder de polícia. São exemplos dessa função administrativa: medidas para impedir a prática de propaganda eleitoral irregular e o alistamento eleitoral.

6

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

CE

Art. 29. Compete aos Tribunais Regionais:

I - processar e julgar originariamente:

a) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a Governador, Vice-Governadores, e membro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas;

(B) Incorreta.

CE

Art. 36. Compor-se-ão as juntas eleitorais de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.

(C) Incorreta.

CF

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) Incorreta.

CF

Art. 120

§ 2º - O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente- dentre os desembargadores.

(E) Correta.

CE

Art. 35.

XVII - tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos viciosos das eleições;

Lei 9.504/97

Art. 41. A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia ou de violação de postura municipal, casos em que se deve proceder na forma prevista no art. 40. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 1º O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 2º O poder de polícia se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais, vedada a censura prévia sobre o teor dos programas a serem exibidos na televisão, no rádio ou na internet. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

7

4. (TJMG/2018/JUIZ DE DIREITO/CONSULPLAN) Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. “No primeiro grau de jurisdição a Justiça Eleitoral fica a cargo do Juiz de Direito designado pelo Tribunal Regional Eleitoral (Resolução TSE 21.009/02).”

PORQUE

II. “A competência do Juiz Eleitoral está prevista no art. 35 do Código Eleitoral e no tratamento ao tema conferidos pela Lei das Eleições e pela Lei das Inexigibilidades.”

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- (A) A segunda afirmativa é falsa e a primeira verdadeira.
- (B) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(I) Verdadeiro.

Na zona eleitoral que houver mais de uma vara da Justiça Comum, o **TRE designará aquela responsável pela competência eleitoral**, que será exercida pelo período de 2 anos, salvo se só houver um juízo de direito atuando no espaço correspondente à zona eleitoral, quando esse será **designado** por tempo indeterminado.

(II) Verdadeiro.

No tocante à competência dos Juízes Eleitorais, necessária a observância do art. 35 do CE.

Há de se mencionar, ainda, o poder de polícia apontado pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), a ser exercido pelos juízes eleitorais, no tocante à propaganda eleitoral. Essa Lei das eleições também prevê a competências para processar e julgar reclamações ou representações nas eleições municipais (art. 96, I), dentre outras.

A LC nº 64/90 também prevê a competência dos juízes eleitorais para conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador (art. 2º, parágrafo único, III), bem como para conhecer e processar, nas eleições municipais, a representação prevista na LC (art. 24).

Desse modo, o CE, em seu art. 35, atribui competências aos juízes eleitorais e as Leis das Eleições e das Inexigibilidades tratam sobre os temas.

Contudo, essas competências dos juízes eleitorais não justificam a atribuição dessa função designada pelo TRE, por isso, o item II não justifica o item I.

DIA 27/03/2020

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1. (Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: TJ-AC Prova: VUNESP - 2019 - TJ-AC - Juiz de Direito Substituto) Segundo o que dispõe, expressamente, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de expedição de uma licença sobre a qual exista incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, havendo a necessidade de eliminar esse problema, a autoridade administrativa poderá, atendidas as disposições legais:

- (A) celebrar compromisso com os interessados.
- (B) em recomendar alteração legislativa antes da decisão.
- (C) de ingressar com ação declaratória no Poder Judiciário.
- (D) contratar parecer de escritório de advocacia especializado.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

9

A questão é resolvida pela literalidade do art. 26 da LINDB - incluído pela Lei nº 13.655, de 2018; regulado pelo Decreto nº 9.830 de 10 de junho de 2019 - que estabelece:

“Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, **celebrar compromisso com os interessados**, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento) (grifo nosso).

§ 1º O compromisso referido no caput deste artigo:(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais; (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

II – (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

III - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral; (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

IV - deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

§ 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Vê-se, pois que na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:

I - após oitiva do órgão jurídico;

II - após realização de consulta pública, caso seja cabível; e

III - presença de razões de relevante interesse geral.

2. (Ano: 2019 Banca: MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: MPE-GO - 2019 - Promotor de Justiça Substituto) Sobre a vigência das normas no Direito Brasileiro, disciplinada pelo Decreto-Lei n. 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), é incorreto afirmar:

(A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, contudo, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

(B) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, sendo certo que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Ademais, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(C) O entendimento de que, quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, não constitui norma formal no Direito Brasileiro, mas um princípio norteador da atuação do magistrado.

(D) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, sendo que, de acordo com a definição legal, reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

10

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) Correta.

LINDB

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1o Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

(B) Correta.

LINDB

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1o A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2o A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3o Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(C) Incorreta.

LINDB

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

(D) Correta.

LINDB

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957).

11

DIA 28/03/2020

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. (TJRO – Juiz Substituto – 2019 – Vunesp) Segundo o inteiro e exato teor das súmulas vigentes editadas pelo Superior Tribunal de Justiça acerca das relações de consumo, é correto afirmar que:

- (A) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável a quaisquer relações jurídicas entabuladas entre entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B) se aplica o Código de Defesa do Consumidor a todos os contratos de plano de saúde.
- (C) é vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa.
- (D) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável a todas as espécies de contratos de cartão de crédito.
- (E) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

Súmula 563 do STJ.

O CDC é aplicável apenas às entidades **abertas** de previdência complementar (não se aplica às fechadas).

(B) Incorreta.

Súmula 608 do STJ.

O CDC aplica-se, via de regra, aos contratos de planos de saúde, **salvo os administrados por entidades de autogestão.**

(C) Incorreta.

A Súmula 603 do STJ, que trazia a redação da assertiva, foi cancelada em agosto de 2018.

(D) Incorreta.

Súmula 532 do STJ.

Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

(E) Correta. **Trata-se do exato teor da Súmula 602 do STJ.**

2. (MPE-SP - 2015 - MPE-SP - Promotor de Justiça) Verifique a exatidão dos seguintes conceitos à luz da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

I - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço para satisfazer suas necessidades.

II - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

III - Produto é qualquer bem material, móvel ou imóvel.

IV - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas a assertiva II está correta.
- (E) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

13

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(I) Incorreto.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

“Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como **destinatário final**”

(II) Correto.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(III) Incorreto.

Art. 3º [...]

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou **imaterial**.

(IV) Incorreto.

Art. 3º [...]

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, **salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.**

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3. (TJ-PA – 2019 – CESPE) O pai que usa de força física contra seu filho menor de idade para discipliná-lo incide no que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) denomina:

- (A) tratamento degradante.
 - (B) tratamento cruel.
 - (C) vexame.
 - (D) violência doméstica.
 - (E) castigo físico.
-

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

14

Art. 18-A, parágrafo único do ECA - Para os fins desta Lei, considera-se: I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão;

4. (TJ-PR – 2019 – CESPE) A atual doutrina da proteção integral, que rege o direito da criança e do adolescente, reconhece crianças e adolescentes como:

- (A) objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, mas que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
 - (B) sujeitos de direito, devendo o Estado, a família e a sociedade lhes assegurar direitos fundamentais.
 - (C) objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, sendo o Estado o principal responsável por lhes assegurar direitos.
 - (D) sujeitos de direito que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
-

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Doutrina da Proteção Integral - Esta doutrina parte da concepção de que as normas que tratam de crianças e de adolescentes, além de concebê-los como cidadãos plenos, devem reconhecer que estão sujeitos à proteção prioritária, uma vez que estão em desenvolvimento biológico, social, físico, psicológico e moral. Dessa forma, determina que deve-se garantir a toda criança e adolescente todos os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A adoção da doutrina da proteção integral é fruto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Apesar de a denominação da convenção não incluir adolescente, ela tem como padrão internacional que todo menor de 18 anos é considerado criança, portanto, sendo possível a compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

29/03/2020

DIREITO PENAL

15

1. (CESPE/TJBA/2019) De acordo com a doutrina predominante no Brasil relativamente aos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

(A) O princípio da subsidiariedade determina que o direito penal somente tutele uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos, operando nas hipóteses em que se verificar lesão ou ameaça de lesão mais intensa aos bens de maior relevância.

(B) O princípio da ofensividade, segundo o qual não há crime sem lesão efetiva ou concreta ao bem jurídico tutelado, não permite que o ordenamento jurídico preveja crimes de perigo abstrato.

(C) O princípio da adequação social serve de parâmetro ao legislador, que deve buscar afastar a tipificação criminal de condutas consideradas socialmente adequadas.

(D) O princípio da taxatividade, ou do mandado de certeza, preconiza que a lei penal seja concreta e determinada em seu conteúdo, sendo vedados os tipos penais abertos.

(E) O princípio da bagatela imprópria implica a atipicidade material de condutas causadoras de danos ou de perigos ínfimos.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

De acordo com o princípio da subsidiariedade, a atuação do Direito Penal é cabível unicamente quando os outros ramos do Direito e os demais meios estatais de controle social tiverem se revelado impotentes para o controle da ordem pública. Em outras palavras, o Direito Penal funciona como um executor de reserva, entrando em cena somente quando outros meios estatais de proteção mais brandos, e, portanto, menos invasivos da liberdade individual não forem suficientes para a proteção do bem jurídico tutelado.

(B) Incorreta.

De acordo com o princípio da ofensividade ou lesividade, não há infração penal quando a conduta não tiver oferecido ao menos perigo de lesão ao bem jurídico. Este princípio atende a manifesta exigência de delimitação do Direito Penal, tanto em nível legislativo como no âmbito jurisdicional.

(C) Correta.

De acordo com esse princípio, não pode ser considerado criminoso o comportamento humano que, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de Justiça.

(D) Incorreta.

“Lege certa”, taxatividade ou mandato de certeza O princípio da legalidade jamais cumprirá seu papel se a lei, ainda que anterior à conduta, puder ser editada de tal modo genérico ou vago, que não se possa delimitar, com segurança e concretude, quais comportamentos a ela se subsumem. Por esse motivo, são inconstitucionais os tipos penais vagos. Deve a lei penal ser concreta e determinada em seu conteúdo, sob pena de gerar incertezas quanto à sua aplicação e, conseqüentemente, provocar indesejável insegurança jurídica. (André Estefam e Victor Eduardo Rios Gonçalves - Direito penal esquematizado: parte geral)

(E) Incorreta.

De acordo com esse princípio, sem previsão legal no Brasil, inexistente legitimidade na imposição da pena nas hipóteses em que, nada obstante a infração penal esteja indiscutivelmente caracterizada, a aplicação da reprimenda desponte como desnecessária e inoportuna. Apresenta desvalor da conduta e desvalor do resultado. O fato é típico e ilícito, o agente é dotado de culpabilidade e o Estado possui o direito de punir (punibilidade). É de se observar que a bagatela imprópria tem como pressuposto inafastável a não incidência do princípio da insignificância (própria). Com efeito, se o fato não era merecedor da tutela penal, em decorrência da sua atipicidade, descabe enveredar pela discussão acerca da necessidade ou não de pena.

2. (Prova: CESPE - 2019 - TJ-PA - Juiz de Direito Substituto) O Ministério Público ofereceu denúncia contra Paulo em razão de ele, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo por um comparsa não identificado, ter subtraído de uma pessoa R\$ 80 e um aparelho celular que custava R\$ 700. Perseguido por populares, Paulo foi preso com os produtos do crime. Não houve apreensão da arma utilizada no crime. Após confissão espontânea do crime, Paulo foi condenado à pena mínima pela prática do crime de roubo simples, pois, na sentença, alegou-se que a arma de fogo não havia sido utilizada pelo réu nem apreendida à época dos fatos. Tanto o Ministério Público quanto a defesa, no entanto, recorreram da sentença: o Ministério Público requereu o reconhecimento das qualificadoras de concurso de pessoas e emprego de arma de fogo; a defesa, por sua vez, requereu o reconhecimento da tentativa e a aplicação de pena aquém do mínimo, alegando atenuante da confissão espontânea e aplicação do princípio da insignificância.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O recurso ministerial não merece provimento, porque é indispensável o exame de eficiência da arma utilizada no crime para o reconhecimento da qualificadora do emprego de arma de fogo;
- (B) Quanto ao recurso ministerial, deverá ser reconhecida apenas a qualificadora do concurso de pessoas, pois o uso de arma de fogo não pode ser imputado a quem não a portava;
- (C) Como a confissão espontânea foi reconhecida na sentença, a pena poderá ser minorada para aquém do mínimo legal;
- (D) Quanto ao recurso da defesa, é inadmissível o reconhecimento da tentativa, pois, para consumação do crime de roubo, é prescindível posse mansa e pacífica do bem subtraído;
- (E) Aplica-se ao caso o princípio da insignificância, em razão de o valor total dos bens subtraídos ser inferior a um salário mínimo.

17

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

Desnecessário que a arma utilizada no roubo seja apreendida e periciada para que incida a majorante do art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal. O reconhecimento da referida causa de aumento prescinde da apreensão e da realização de perícia na arma, desde que o seu uso no roubo seja provado por outros meios de prova, tais como a palavra da vítima ou mesmo de testemunhas. STF. 1ª Turma. HC 108034/MG, rel. Min. Rosa Weber, julgado

em 05/06/2012. STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp 1076476/RO, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 04/10/2018. STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 449102/MS, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 09/10/2018;

(B) Incorreta.

Nesse sentido, o STJ por meio do HC nº 352523/SC entendeu pela possibilidade de compartilhamento de arma de fogo e a consequente configuração do crime de porte ilegal na modalidade compartilhada, contanto que se evidencie, no caso concreto, que todos os indivíduos tinham acesso e disponibilidade sobre a arma de fogo

Na ocasião, ressaltou-se que apesar dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e restrito (arts. 14 e 16 da Lei nº 10. 826/2003), serem crimes unissubjetivos, admite-se a coautoria, bastando, para tanto, a demonstração de que havia o efetivo compartilhamento da arma de fogo.

Como se sabe, crimes unissubjetivos são aqueles que podem ser praticados por apenas uma pessoa ou por várias em uma mesma empreitada criminosa, é o que ocorre, por exemplo, com o crime de homicídio, que pode ser praticado tanto de forma individual quanto de forma coletiva;

18

(C) Incorreta.

Súmula 231-STJ: A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

A confissão espontânea não pode servir de fundamento para a redução da pena-base abaixo do grau mínimo previsto em lei. A confissão é uma atenuante (art. 65, III, "d", do CP) e, segundo entendimento acima sumulado do STJ, as atenuantes não podem reduzir a pena do réu abaixo do mínimo legal;

(D) Correta.

Posto que o STJ adota a teoria da amotio/apprehensio, conforme enunciado 582:

"Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada";

(E) Incorreta.

Não se aplica princípio da insignificância ao crime de roubo porque se trata de delito complexo que envolve patrimônio, grave ameaça e a integridade física e psicológica da vítima, havendo, portanto, interesse estatal na sua repressão.

Assim, tal conduta não pode ser considerado como de mínima ofensividade, desprovido de periculosidade social, de reduzido grau de reprovabilidade e de inexpressividade. STJ. 6ª Turma. RHC 56431/SC, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 18/06/2015.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

3. (Prova: CESPE - 2020 - MPE-CE - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) De acordo com o Código de Processo Penal, é cabível ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar a

- (A) homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de dez anos de idade.
- (B) mulher que tenha praticado o crime de abandono de incapaz contra seu filho de cinco anos de idade.
- (C) pessoa de setenta e cinco anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.
- (D) gestante condenada pelo crime de furto qualificado, desde que já tenha ultrapassado o sétimo mês de gravidez.
- (E) mulher que, condenada pelo crime de roubo, tenha filho de um ano de idade.

19

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - maior de 80 (oitenta) anos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

20

4. (Prova: FCC - 2018 - DPE-AP - Defensor Público) O sistema acusatório

(A) se caracteriza por separar as funções de acusar e julgar e por deixar a iniciativa probatória com as partes.

(B) se verifica quando a Constituição prevê garantias ao acusado.

(C) tem sua raiz na motivação das decisões judiciais.

(D) vigora em sua plenitude no direito brasileiro.

(E) privilegia a acusação, sedo próprio dos regimes autoritários.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) Correta.

No sistema acusatório, existe separação entre os órgãos incumbidos de realizar a acusação e o julgamento, o que garante a imparcialidade do julgador e, por conseguinte, assegura a plenitude de defesa e o tratamento igualitário das partes.

(B) Incorreta.

A assertiva está incompleta uma vez que não é essa característica que define inteiramente o sistema acusatório. Vide explicação da assertiva “A”.

(C) Incorreta.

A assertiva está incompleta uma vez que não é essa característica que define inteiramente o sistema acusatório. Vide explicação da assertiva “A”.

(D) Incorreta.

No Brasil, é adotado o sistema acusatório, pois há clara separação entre a função acusatória — do Ministério Público nos crimes de ação pública — e a julgadora. Contudo, não se trata do sistema acusatório puro, uma vez que, apesar de a regra ser a de que as partes devam produzir suas provas, admitem-se exceções em que o próprio juiz pode determinar, de ofício, sua produção de forma suplementar.

Esse sistema foi reforçado pela Lei nº 13.964/19 (Lei Anticrime), que proibiu expressamente o juiz de decretar prisão preventiva e outras medidas cautelares de ofício. Confira:

Art. 282. § 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz **a requerimento das partes** ou, quando no curso da investigação criminal, **por representação da autoridade policial ou mediante requerimento** do Ministério Público.

Esse dispositivo difere da redação anterior, que dizia:

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, **de ofício** ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

21

ANTES DA LEI ANTICRIME	APÓS A LEI ANTICRIME
No curso do processo o juiz poderia, de ofício ou a requerimento das partes, decretar medidas cautelares. Já na fase da investigação criminal o juiz só poderia decretar medidas cautelares mediante representação do Delegado de Polícia ou requerimento do MP.	O juiz não pode, nem na fase de investigações nem no curso do processo, decretar medidas cautelares de ofício.

Esse mesmo entendimento, que foi previsto para as medidas cautelares em geral, foi repetido pelo legislador da Lei Anticrime no caso da prisão preventiva. Confira:

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, **a requerimento do Ministério Público**, do querelante ou do assistente, **ou por representação da autoridade policial**.

A redação anterior do dispositivo dizia:

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, **de ofício**, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Porém, a Lei nº 13.964/19 trouxe a previsão de que é possível que o juiz, de ofício, revogue a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem (art. 316, caput).

(E) Incorreta.

Trata-se da definição do sistema inquisitivo. Nesse sistema, cabe a um só órgão acusar e julgar. O juiz dá início à ação penal e, ao final, ele mesmo profere a sentença.

O acusado é mero objeto do processo, não sendo considerado sujeito de direitos.

Antes do advento da CF/88, era admitido em nossa legislação em relação à apuração de todas as contravenções penais e dos crimes de homicídio e de lesões corporais culposos. Era o chamado processo judicialiforme, que foi banido de nossa legislação pelo art. 129, I, da CF, que conferiu ao MP a iniciativa exclusiva da ação pública.

22

30/03/2020

SÚMULAS DO STF

1. Julgue o item a seguir.

É prescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.

Certou ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

É justamente o contrário, conforme dispõe a Súmula nº 149 do STF: "É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança."

2. Julgue o item a seguir.

Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Enunciado em conformidade com a Súmula nº 734 do STF.

23

DIREITO PENAL

3. Julgue o item abaixo de acordo com o que dispõe o CP quanto aos crimes em espécie. O delito de estelionato se procede mediante representação, salvo quando, dentre outros casos, a vítima tiver mais de 70 anos de idade.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Antes das alterações trazidas pelo Pacote Anticrime o crime de estelionato era de ação penal pública incondicionada. Após o pacote, em regra, o crime será processado mediante ação penal pública condicionada à representação.

Ainda assim, excepcionalmente o estelionato será de ação penal pública incondicionada quando a vítima for a Administração Pública (direta ou indireta), criança ou adolescente, pessoa com deficiência, maior de 70 anos e incapaz.

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

§ 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - a Administração Pública, direta ou indireta; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

III - pessoa com deficiência mental; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

4. No que se refere ao limite das penas, julgue o item abaixo:

O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ultrapassar o limite de 30 anos e, desse modo, caso o réu seja condenado a várias penas privativas de liberdade cuja junção seja superior a 30 anos, elas devem necessariamente ser unificadas para atender ao limite máximo previsto no CPB.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

O enunciado está incorreto tendo em vista que o Pacote Anticrime aumentou o limite máximo do tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade, que deixou de ser de 30 anos e passou para 40 anos. Houve, portanto, uma inovação *in malam partem* ao acrescentar 10 anos ao limite de cumprimento de pena no país.

Ademais, caso o agente seja condenado a várias penas privativas de liberdade cuja junção delas seja superior a 40 anos, as penas deverão ser unificadas para que o limite máximo (antes de 30, agora de 40 anos) não seja excedido. Logo, mesmo que o agente seja condenado à pena privativa de liberdade de 100 anos, como ilustração, cumprirá somente os 40 anos.

Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 1º Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 40 (quarenta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

31/03/2020

DIREITO ELEITORAL

1. (Prova: CESPE - 2020 - MPE-CE - Promotor de Justiça de Entrância Inicial) O objetivo da ação de investigação judicial eleitoral é

- (A) declarar a nulidade de pleito eleitoral por erro de direito.
- (B) apurar denúncias de atos que configurem abuso de poder econômico e(ou) político durante campanha eleitoral.
- (C) cassar mandato irregular após a diplomação.
- (D) contestar atos administrativos praticados pela justiça eleitoral.
- (E) investigar antecedentes criminais de candidatos.

25

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

LC 64/90

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e **pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político**, obedecido o seguinte rito: (Vide Lei nº 9.504, de 1997)

2. (Prova: VUNESP - 2019 - TJ-RJ - Juiz Substituto) É condição de elegibilidade o domicílio eleitoral na circunscrição, sendo que, para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição

- (A) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação deferida no mesmo prazo.
- (B) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação até a data da convenção partidária.
- (C) até a data do registro e estar com a filiação deferida no prazo de 1 (um) ano.
- (D) pelo prazo de 6 (seis) meses e estar com a filiação deferida no mesmo prazo.
- (E) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação deferida até a data do registro.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

LEI 9504/1997

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

26

DIREITO DO CONSUMIDOR

3. (TJRS – Juiz Substituto – 2018 - Vunesp) Paciente com insuficiência renal grave faleceu em decorrência de ingerir, por orientação médica, um anti-inflamatório, cuja bula continha informações de possíveis reações adversas e a ocorrência de doenças graves renais. O laboratório, fornecedor do produto,

- (A) não responde, pois o produto tem periculosidade inerente (medicamento), cujos riscos são normais à sua natureza e previsíveis.
- (B) responde objetivamente pela teoria do risco do empreendimento ou da atividade.
- (C) responde objetivamente, por ser causador de um acidente de consumo.
- (D) responde objetivamente pelos riscos do produto, pelo simples fato de tê-lo colocado no mercado.
- (E) responde subjetivamente, pois se trata de produto defeituoso.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

A questão cobrou decisão veiculada em informativo de jurisprudência do STJ.

Novidade de 2017 (Informativo 603): Em se tratando de produto de periculosidade inerente (medicamento), cujos riscos são normais à sua natureza e previsíveis, eventual dano por ele causado ao consumidor não enseja a responsabilização do fornecedor. A Turma entendeu que NÃO havia fato do produto no caso de consumidor que veio a morrer de insuficiência renal aguda após ingerir o medicamento. Isso porque a bula advertia, expressamente, como possíveis reações adversas, a ocorrência de doenças graves renais. Portanto, em se tratando de produto de periculosidade inerente, cujos riscos são normais à sua natureza (medicamento com contraindicações) e previsíveis (na medida em que o consumidor é deles expressamente advertido), eventual dano por ele causado não enseja a responsabilização do fornecedor. (REsp 1.599.405, T3, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 17/4/2017).

Correta, portanto, somente a alternativa A.

01/04/2020

27

DIREITO CIVIL

1. (Prova: MPE-GO - 2019 - MPE-GO - Promotor de Justiça – Reaplicação) A Lei n. 13.655/18 trouxe importantes modificações para a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Sobre tais modificações, é correto afirmar:

(A) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas, sendo vedado ao julgador, contudo, indicar as condições para que a regularização ocorra.

(B) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

(C) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias jurídicas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

(D) O agente público responder pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo, culpa ou erro grosseiro.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

(B) Correta.

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

(C) Incorreta.

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (Regulamento)

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

(D) Incorreta.

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2. (Prova: VUNESP - 2019 - TJ-RO - Juiz de Direito Substituto) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei. Em matéria de competência, é correto afirmar que

- (A) a incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar
- (B) na execução por carta, a competência para julgar os embargos é, em regra, do juízo deprecado.
- (C) compete à Justiça estadual processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- (D) a presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, afasta a competência do foro da situação do imóvel.
- (E) há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

29

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta. Art. 65, Parágrafo único do NCPC – “Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação. Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar”.

(B) Incorreta. Art. 914, §2º, do NCPC – “Art. 914, § 2º Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a **COMPETÊNCIA PARA JULGÁ-LOS É DO JUÍZO DEPRECANTE**, salvo se versarem **unicamente** sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado”.

(C) Incorreta. Súmula Vinculante 23 – “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada”.

(D) Incorreta. Súmula 11 do Superior Tribunal de Justiça – “A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel”.

(E) Correta. Art. 66, III, do NCPC – “Art. 66. Há conflito de competência quando: III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos”.

3. (Prova: FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Menor absolutamente incapaz, regularmente representado por sua mãe, ajuizou ação em foro relativamente incompetente, o que, todavia, deixou de ser arguido pelo réu na primeira oportunidade de que dispunha. Todavia, ao ser intimado para atuar no feito, o Ministério Público suscitou o vício de incompetência, no prazo legal.

Nesse cenário:

(A) a incompetência relativa se prorrogará, pois o Ministério Público não pode suscitá-la;

(B) a incompetência relativa pode ser arguida pelo réu a qualquer tempo e grau de jurisdição;

(C) caso a arguição de incompetência relativa seja acolhida, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito;

(D) o juiz da causa pode pronunciar de ofício a incompetência relativa, remetendo os autos ao juízo competente;

(E) a incompetência relativa pode ser arguida pelo Ministério Público, nas causas em que atuar.

30

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(A) Incorreta. Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

(B) Incorreta. Art. 64, § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

(C) Incorreta. Art. 64, § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.

(D) Incorreta. Art. 64, § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

(E) Correta. Art. 65, Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

02/04/2020

DIREITO CONSTITUCIONAL

31

1. (Prova: VUNESP - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Procurador do Município) De acordo com o artigo 8º da Constituição Federal, é livre a associação sindical, observado o seguinte:

(A) é obrigatória autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(B) a criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica se aperfeiçoará com o registro do respectivo ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

(C) é obrigatória a filiação ao sindicato da respectiva categoria.

(D) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(E) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

[...]

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

[...]

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

[...]

2. (Prova: CESPE - 2009 - PGE-PE - Procurador do Estado). Chega de ação. Queremos promessas. Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, inscrito no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural dá conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia da aceleração da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para jingles, e não para sinfonias. O direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.

Na aflição dessa hora, imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus.

L. R. Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: Internet: (com adaptações).

Tendo o texto acima como motivação, assinale a opção correta a respeito do constitucionalismo e do neoconstitucionalismo.

(A) O neoconstitucionalismo tem como marco filosófico o póspositivismo, com a centralidade dos direitos fundamentais, no entanto, não permite uma aproximação entre direito e ética.

(B) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.

(C) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.

(D) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

(E) O neoconstitucionalismo não autoriza a participação ativa do magistrado na condução das políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

33

O constitucionalismo em sentido estrito confunde-se com a própria evolução do Direito Constitucional, surgindo como técnica jurídica de combate ao absolutismo e busca pela limitação do poder. Foi a **“arma do liberalismo contra o absolutismo”**. Nessa busca, três ideias principais sempre se encontram presentes: garantia de direitos, separação dos poderes e princípio do governo limitado (art. 16, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão).

Vejamos alguns conceitos doutrinários de constitucionalismo estrito:

Canotilho – É a teoria que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Neste sentido, o constitucionalismo moderno representará uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

Kildare Gonçalves – Perspectiva Jurídica/Sociológica – O constitucionalismo se trata de um sistema normativo, enfeixado na Constituição, e que se encontra acima dos detentores do poder; sociologicamente, representa um movimento social que dá sustentação à limitação do poder, inviabilizando que os governantes possam fazer prevalecer seus interesses e regras na condução do Estado.

André Ramos Tavares – Determina quatro sentidos para o constitucionalismo:

- 1) Limitar o poder arbitrário;
- 2) Imposição de que hajam cartas constitucionais escritas;
- 3) Evolução histórica-constitucional de um determinado Estado; e
- 4) Prevalência dos direitos fundamentais como proteção ao regime autoritário.

Pedro Lenza – O constitucionalismo é um meio de limitação do poder autoritário e de prevalência dos direitos fundamentais, afastando-se da visão autoritária do antigo regime (aproxima-se da posição de Ramos Tavares).

Para a teoria do neoconstitucionalismo, a Constituição é o centro do sistema. A CF passa a ser uma norma jurídica dotada de imperatividade e superioridade (deixa de ser apenas uma carta política). Busca-se, dentro dessa nova realidade, não mais apenas atrelar o constitucionalismo à ideia de limitação do poder político, mas, acima de tudo, busca-se a eficácia da Constituição, deixando o texto de ter um caráter meramente retórico e passando a ser mais efetivo, especialmente diante da expectativa de concretização dos direitos fundamentais.

O neoconstitucionalismo possui como principais características, as seguintes:

- 1) Positivização e concretização e um catálogo de direitos fundamentais;
- 2) Onipresença dos princípios e das regras;
- 3) Inovações hermenêuticas;
- 4) Densificação da força normativa do Estado; e
- 5) Desenvolvimento da Justiça Distributiva.

34

Para o neoconstitucionalismo, a CF possui uma carga valorativa (axiológica), fundamentada na dignidade da pessoa humana e nos direitos fundamentais. Assim, não se fala apenas em uma simples hierarquia entre a CF, mas sim em uma ponderação de valores entre suas próprias regras e princípios.

Dessa forma, a CF possui efeito irradiante em relação aos poderes e mesmo aos particulares. Assim, seus efeitos se aplicam a todos os poderes e às relações entre particulares (eficácia horizontal).

LÍNGUA PORTUGUESA

3. (Prova: MPE-SC - 2016 - MPE-SC - Promotor de Justiça – Vespertina) Apesar de o trema ter desaparecido da língua portuguesa, ele se conserva em nomes estrangeiros, como em Schürmann.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Nos termos do Novo Acordo Ortográfico, o trema deixou de ser utilizado nas palavras de língua portuguesa, mas o seu uso ainda é permitido nas palavras de origem estrangeira (exemplos: Bündchen e Müller)

4. (Prova: MPE-SC - 2016 - MPE-SC - Promotor de Justiça – Vespertina) “O americano Jackson Katz, 55, é um homem feminista – definição que lhe agrada. Dedicava praticamente todo o seu tempo a combater a violência contra a mulher e a promover a igualdade entre os gêneros. (...) Em 1997, idealizou o primeiro projeto de prevenção à violência de gênero na história dos marines americanos. Katz – casado e pai de um filho – já prestou consultoria à Organização Mundial de Saúde e ao Exército americano.” (In: Veja, Rio de Janeiro: Abril, ano 49, n.2, p. 13, jan. 2016.)

No texto acima, o sinal indicativo de crase foi empregado corretamente, em todas as situações. Poderia ter ocorrido também diante dos verbos combater e promover, uma vez que o emprego desse acento é facultativo antes de verbos.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

A crase obviamente não ocorre diante de palavras que não podem ser precedidas de artigo feminino. É o caso dos verbos:

- a) Não tenho nada a declarar.
- b) Começamos a sofrer.

c) Chegou a titubear.

03/04/2020

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2017 – CESPE – TJ-PR – Juiz Substituto) De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da:

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Autotutela.
- (C) Segurança jurídica.
- (D) Continuidade do serviço público.

36

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

Autotutela é o poder conferido à Administração Pública para rever os atos administrativos por ela praticados, seja para anulá-los, quando ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, nos termos da Súmula nº 473 do STF. A questão pede, no entanto, o princípio que fundamenta a limitação desse poder, que é o princípio da segurança jurídica, por meio do qual se busca privilegiar a estabilidade das relações jurídicas e a boa-fé de seus participantes. Com vistas à proteção da segurança jurídica, a Lei Federal nº 9.784/99 estabelece prazo de 05 anos para a Administração anular os atos que sejam favoráveis a particulares, salvo má-fé do beneficiado, sob pena de se tornar legítima a situação jurídica.

2. (2017 – CESPE – TJ-PR – Juiz Substituto) Com base na Lei Federal nº 9.784/1999, assinale a opção correta acerca da revogação e dos elementos dos atos administrativos.

- (A) A revogação de um ato administrativo deve apresentar os seus motivos devidamente externados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

- (B) O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante ou pela autoridade delegada.
- (C) O ato de delegação deve ser publicado no meio oficial, mas não o de sua revogação.
- (D) Caso um ato administrativo esteja eivado de vício de legalidade, o Poder Judiciário terá de revogá-lo.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) Correta. Todas as alternativas trazem conceitos e requisitos dispostos na Lei Federal nº 9.784/1999. Esta alternativa expressa o entendimento contido no art. 50 da referida lei, que dispõe que “os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo”.

(B) Incorreta. O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante, no entanto, tal competência não cabe ao delegatário, conforme afirma a alternativa, nos termos do art. 14, § 2º da Lei Federal nº 9.784/1999 (“o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante”).

(C) Incorreta. Tanto o ato de delegação quanto o de revogação deverão ser publicados no meio oficial, nos termos do art. 14 da citada lei.

(D) Incorreta. O Poder Judiciário não é competente para revogar ato administrativo editado por outro Poder, apenas para anular atos ilegais, quando provocado. A Administração, por outro lado, deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (art. 53 da Lei Federal nº 9.784/1999).

37

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3. (Prova: FCC - 2019 - MPE-MT - Promotor de Justiça Substituto) O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade,

- (A) inclusive o da preservação da imagem.
- (B) inclusive o de trabalhar em qualquer idade.
- (C) exceto o de participar da vida política, na forma da lei.
- (D) exceto o de brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (E) exceto o de buscar refúgio, auxílio e orientação.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

ECA

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

4. (Prova: FCC - 2018 - DPE-AM - Defensor Público) A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes corresponde, no Estatuto da Criança e do Adolescente, ao conceito de família

(A) biológica.

(B) consanguínea.

(C) natural.

(D) vertical.

(E) parental.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

ECA

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

04/04/2020

PROCESSO PENAL

1. (2016 – VUNESP – TJM-SP – JUIZ) A respeito dos princípios processuais penais, é correto afirmar:

- (A) a ausência de previsão de atividade instrutória do juiz em nosso ordenamento processual penal brasileiro decorre do princípio da imparcialidade do julgador.
- (B) o direito ao silêncio, que está previsto na Constituição da República, em conformidade com a interpretação sedimentada, só se aplica ao acusado preso.
- (C) o princípio da motivação das decisões e das sentenças penais se aplica a todas as decisões proferidas em sede de direito processual penal, inclusive no procedimento do Tribunal de Júri.
- (D) o princípio do contraditório restará violado se entre a acusação e a sentença inexistir correlação.
- (E) o princípio da verdade real constitui princípio supremo no processo penal, tendo valor absoluto, inclusive para conhecimento e para valoração das provas ilícitas.

39

RESPOSTA: D**COMENTÁRIOS**

(A) Incorreta.

Há hipóteses de atividade instrutória do juiz no atual ordenamento. Por exemplo, o art. 156 do CPP prevê que é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

(B) Incorreta.

O investigado ou acusado tem direito ao silêncio em todas as fases da persecução penal, independentemente de estar preso ou solto.

(C) Incorreta.

No procedimento do Tribunal do Júri se aplica o sistema da convicção íntima.

(D) Correta.

Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró afirma que “toda violação da regra de correlação entre acusação e sentença implica em um desrespeito ao princípio do contraditório. O desrespeito ao contraditório poderá trazer a violação do direito de defesa, quando prejudique as posições processuais do acusado, ou estará ferindo a inércia da jurisdição, com a correlativa exclusividade da ação penal conferida ao Ministério Público, quando o juiz age de ofício. Em suma, sempre haverá violação do contraditório, sejam suas implicações com a defesa ou com a acusação”.

(E) Incorreta.

O princípio da verdade real não é supremo e absoluto, inclusive porque, em regra, não se admite a valoração das provas ilícitas.

2. (2018 – VUNESP - TJ/SP - JUIZ) São princípios constitucionais processuais penais explícitos e implícitos, respectivamente:

(A) dignidade da pessoa humana e juiz natural; e insignificância e identidade física do juiz.

(B) intranscendência das penas e motivação das decisões; e intervenção mínima (ou *ultima ratio*) e duplo grau de jurisdição.

(C) contraditório e impulso oficial; e adequação social e favor rei (ou *in dubio pro reo*).

(D) não culpabilidade (ou presunção de inocência) e duração razoável do processo; e não autoacusação (ou *nemo tenetur se detegere*) e paridade de armas.

40

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

O princípio da identidade física do juiz está expresso no CPP:

Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 2º O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

(B) Incorreta.

O princípio da intervenção mínima (ou *ultima ratio*) é de Direito Penal, e não de Direito Processual Penal.

(C) Incorreta.

O princípio do impulso oficial não está expresso no CPP, mas sim no CPC (art. 2º). Em que pese possa haver discussão se esta previsão supre o enunciado, se entende que o princípio do in dubio pro reo está expresso no seguinte dispositivo:

Art. 5º, LVII, da CF - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

(D) Correta.

Os princípios da presunção de inocência e duração razoável do processo têm expresso assento constitucional, conforme se confere a seguir:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...)

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Segundo a doutrina, o princípio da não autoacusação é implícito na CF quando esta afirma que é direito do preso permanecer calado. É o mesmo caso do princípio da paridade de armas, que também é implícito na CF e decorre do contraditório e da ampla defesa. Confira:

Art. 5º. LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Art. 5º. LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

41

DIRIETO CONSTITUCIONAL

3. (Prova: VUNESP - 2012 - DPE-MS - Defensor Público) Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente os direitos sociais garantidos aos trabalhadores.

(A) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

(B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei.

(C) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

(D) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador, nos termos da lei.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (Vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

[...]

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

[...]

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

4. (Prova: FUNIVERSA - 2015 - PC-DF - Delegado de Polícia) No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta à luz da interpretação dada pelo STF.

(A) O advogado tem direito, no interesse de seu cliente, a ter acesso aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado pela polícia, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

- (B) Não é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (C) As associações podem ser dissolvidas, por meio de ato administrativo, quando se verificar a prática de atos ilegais.
- (D) Os sindicatos e as associações representam os seus filiados como substituto processual na defesa de interesses e direitos coletivos ou individuais homogêneos, desde que haja prévia autorização dos sindicalizados e associados.
- (E) As propriedades rurais não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) Correta.

Súmula Vinculante 14

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

43

(B) Incorreta.

Súmula Vinculante 21

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

(C) Incorreta.

Constituição Federal

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

(D) Incorreta.

Constituição Federal

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

[...]

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

(E) Incorreta.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

05/04/2020

DIREITO PENAL

1. (Prova: VUNESP - 2019 - TJ-RJ - Juiz Substituto) João invade um museu público disposto a furtar um quadro. Durante a ação, quando já estava tirando o quadro da parede, depara-se com um vigilante. Diante da ordem imperativa para largar o quadro, e temendo ser alvejado, vulnera o vigilante com um projétil de arma de fogo. O vigilante vem a óbito; e João, impressionado pelos acontecimentos, deixa a cena do crime sem carregar o quadro. De acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, praticou-se

- (A) furto qualificado tentado em concurso com homicídio qualificado consumado.
- (B) roubo próprio tentado em concurso com homicídio consumado.
- (C) roubo impróprio tentado em concurso com homicídio consumado.
- (D) latrocínio tentado.
- (E) latrocínio consumado.

44

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

Súmula 610-STF: Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não se realize o agente a subtração de bens da vítima.

2. (Prova: FUMARC - 2018 - PC-MG - Delegado de Polícia Substituto) NÃO é um elemento do tipo culposo de crime:

- (A) Conduta involuntária.

- (B) Inobservância de dever objetivo de cuidado.
- (C) Previsibilidade objetiva.
- (D) Tipicidade.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

Elementos do crime culposo:

1º) Conduta humana voluntária;

2º) Infração ao dever objetivo de cuidado;

Calcado no princípio da confiança, espera-se que todos atuem com cuidado, para não prejudicar terceiros. Ex.: espera-se que os motoristas parem no sinal vermelho.

3º) Resultado naturalístico involuntário;

Via de regra, os crimes culposos são materiais, portanto, para que estejam consumados, exige-se modificação física no mundo exterior.

4º) Nexo causal entre conduta e resultado;

5º) Previsibilidade objetiva do resultado;

Possibilidade de se antever o perigo advindo da conduta. A Previsibilidade objetiva deve ser analisada de acordo com aquilo que se espera do homem médio.

6º) Tipicidade.

A culpa é sempre expressa. Art. 18, parágrafo único – “Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente”.

45

SÚMULAS DO STJ

3. Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

Assertiva que se contrapõe ao que dispõe a Súmula 370 do STJ, que assevera que "caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado".

4. Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da data da propositura da ação.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

Os alimentos são devidos a partir da data da citação e não da propositura da ação, como bem assevera o texto da Súmula 277 do STJ, senão vejamos: "julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da data da citação".

5. É inválida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADA

COMENTÁRIOS

De acordo com a Súmula 549 do STJ, "é válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação".

46

06/04/2020

SÚMULAS DO STJ

1. No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Enunciado em consonância com o que dispõe o texto da Súmula 529 do STJ.

2. Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Enunciado idêntico ao texto da Súmula 553 do STJ.

DIREITO CONSTITUCIONAL

47

3. (Prova: UEG - 2018 - PC-GO - Delegado de Polícia) O racismo e os crimes hediondos constituem, segundo a Constituição (CRFB),

- (A) ambos crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
 - (B) crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, o primeiro, e crimes inafiançáveis e imprescritíveis, os segundos.
 - (C) ambos crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
 - (D) crime inafiançável e imprescritível, o primeiro, e crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, os segundos.
 - (E) ambos crimes inafiançáveis, mas prescritíveis, pois o ordenamento constitucional não admite a ideia de imprescritibilidade.
-

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

Art. 5º, CRFB/88 [...]

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

07/04/2020

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Prova: FCC - 2019 - MPE-MT - Promotor de Justiça Substituto) “Atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”, conceitua-se

- (A) coercibilidade.
- (B) discricionariedade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) poder de polícia.
- (E) proibidade administrativa.

48

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

O conceito de poder de polícia pode ser conferido no CTN.

Código Tributário Nacional

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)

DIREITO DO CONSUMIDOR

2. (CEBRASPE – 2019 – TJ-PA – Juiz de Direito Substituto) Acerca de bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

(A) O registro do nome do consumidor em bancos de dados deve ser precedido de comunicação escrita, na qual deve ser atestado o recebimento da notificação.

(B) A notificação que antecede a inscrição do nome do consumidor nos bancos de dados deve ser promovida pelo fornecedor que solicita o registro no órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito.

(C) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo estabelecido em lei, ainda que anteriormente ocorra a prescrição da execução.

(D) O Banco do Brasil, na condição de gestor do cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF), é responsável por notificar previamente o devedor acerca da sua inscrição nesse cadastro.

(E) Efetuado o pagamento do débito pelo devedor, cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a exclusão do registro da dívida no cadastro de inadimplentes.

49

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

A primeira parte da alternativa está correta, pois há necessidade de prévia comunicação escrita ao consumidor sobre a sua inscrição em bancos de dados.

Responsável pela comunicação da inscrição → órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito (Súmula 359 STJ)

A parte final, entretanto, está incorreta, pois já ficou assentado que é dispensável o atestado de recebimento da comunicação pelo consumidor.

A existência de Aviso de Recebimento na notificação ao devedor sobre sua inscrição negativa é **dispensável**, na esteira da Súmula 404 do STJ.

(B) Incorreta.

Responsável pela comunicação prévia da inscrição → órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito (**Súmula 359 STJ**)

Responsável pela retirada do nome após quitação → credor/fornecedor (**Súmula 548 STJ**) – prazo de 05 dias úteis, **a partir do integral e efetivo pagamento**.

(C) Correta.

Súmula 323 do STJ.

Súmula 323 do STJ. A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco (5) anos, ***independentemente da prescrição da execução.***

(D) Incorreta.

Para o **STJ**, o CCF é um cadastro de consulta restrita (ou seja, em princípio, seus dados não são exteriorizados) e, portanto, não haveria necessidade de notificação prévia do emitente de cheque sem fundos (mas apenas se e quando fosse dada publicidade aos dados do referido cadastro).

Desse modo, o **Banco do Brasil** – na qualidade de executor do sistema CCF – e o Banco Central – BACEN **não têm obrigação de notificação prévia** e não são partes legítimas para figurar no polo passivo de ações de reparação de danos fundadas na ausência de prévia notificação. Foi editado, recentemente, enunciado nesse teor:

Súmula 572 do STJ. O Banco do Brasil, na condição de gestor do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), não tem a responsabilidade de notificar previamente o devedor acerca da sua inscrição no aludido cadastro, tampouco legitimidade passiva para as ações de reparação de danos fundadas na ausência de prévia comunicação.

(E) Incorreta.

Responsável pela comunicação da inscrição → órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito (Súmula 359 STJ)

Responsável pela retirada do nome após quitação → credor/fornecedor (**Súmula 548 STJ**) – prazo de 05 dias úteis, **a partir do integral e efetivo pagamento.**

50

3. (VUNESP – 2019 – TJ-RO – Juiz de Direito Substituto) Os legitimados meta-individuais constantes do Código de Defesa do Consumidor poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos em decorrência da colocação, comercialização e circulação de produtos ou serviços no varejo, observando-se que

(A) decorrido o prazo de 06 (seis) meses sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados coletivos promover a liquidação e execução da indenização devida.

(B) em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação em direitos difusos e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

(C) em caso de procedência do pedido, a condenação será certa, líquida e exigível, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

(D) proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como assistentes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

(E) o Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará como litisconsorte.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta. Art. 100 do CDC.

Art. 100. Decorrido o prazo de **um ano** sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida.

(B) Correta. Art. 99 do CDC.

Art. 99. Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 e de **indenizações pelos prejuízos individuais** resultantes do mesmo evento danoso, **estas terão preferência no pagamento.**

(C) Incorreta. Art. 95 do CDC.

No caso da sentença de procedência de ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos, será **condenatória genérica**, vez que **não** há individualização do montante devido nem das vítimas a serem ressarcidas. Tais fatores serão apurados em liquidação de sentença.

Art. 95. Em caso de procedência do pedido, a condenação será **genérica**, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

(D) Incorreta. Arts. 94 do CDC.

A intervenção propiciada com a publicação do edital é na qualidade de **litisconsorte, e não de assistente.**

Art. 94. Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os **interessados possam intervir no processo como litisconsortes**, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

(E) Incorreta. Art. 92 do CDC.

Art. 92. O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará **sempre** como **fiscal da lei.**

08/04/2020

DIREITO CIVIL

1. (VUNESP – 2018 – TJ-RO – Juiz de Direito Substituto) Maria, grávida de 9 meses, juntamente com seu esposo José, estavam caminhando na rua, quando foram atropelados por Carlos. José faleceu imediatamente em razão do atropelamento. Verificou-se que o atropelamento se deu em razão de Carlos não ter realizado as devidas manutenções em seu veículo que estava com defeitos no sistema de frenagem. O atropelamento ocorreu no dia 01.03.2003. Carlos foi condenado por homicídio culposo e cumpriu pena. Em 02.03.2019, Joaquim, filho de Maria e José, na época do acidente, nascituro, nascido um dia após a morte do pai, assistido por aquela, ajuizou ação de indenização por danos morais contra Carlos. Acerca do caso hipotético, é possível afirmar corretamente que

- (A) por não ter conhecido o pai, não pode Joaquim postular danos morais, podendo requerer, apenas, o pagamento de eventuais danos materiais por não ter sido sustentado financeiramente pelo pai.
- (B) a pretensão está prescrita, tendo em vista o decurso de prazo superior a três anos da data do falecimento de José.
- (C) Carlos não pode ser demandado, tendo em vista que já foi condenado criminalmente pelo fato, em razão da vedação do bis in idem.
- (D) Joaquim não pode demandar alguém por um fato ocorrido antes de seu nascimento, tendo em vista que a personalidade se inicia após o nascimento com vida.
- (E) é possível a postulação de danos morais em razão da morte do pai ocorrida antes do nascimento do autor, independentemente de prova de dor e sofrimento.

52

RESPOSTA: E**COMENTÁRIOS**

(A) Incorreta. O fato de Joaquim não ter conhecido o pai, não retira o direito de pleitear danos morais. A propósito, no que atine a situação jurídica do nascituro, a corrente conceptionista é aquela que prevalece entre os doutrinadores contemporâneos do Direito Civil Brasileiro. Para essa corrente, o nascituro tem direitos reconhecidos desde a concepção. Tem também prevalecido na recente jurisprudência do STJ, que reconhece dano moral ao nascituro, pela morte de seu pai ocorrida antes do seu nascimento (ex: STJ, REsp 1.487.089/SP).

(B) Incorreta. Não há que se falar em prescrição, uma vez que nos termos do art. 198, I, do CC/02, a prescrição só começa a correr para menores na data em que deixam de ser absolutamente incapazes, ou seja, quando completam seus 16 anos de idade.

(C) Incorreta. Carlos pode ser demandado, tendo em vista a independência das instâncias, não existindo bis in idem. Nesse sentido, dispõe o CC/02:

“Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”;

Sublinhe-se ser esse o entendimento da jurisprudência do STJ (REsp 1798127 / PR).

(D) Incorreta. Conforme comentado no item inaugural, no que atine a situação jurídica do nascituro, a corrente conceptionista é aquela que prevalece entre os doutrinadores contemporâneos do Direito Civil Brasileiro. Para essa corrente, o nascituro tem direitos reconhecidos desde a concepção. Tem também prevalecido na recente jurisprudência do STJ, que reconhece dano moral ao nascituro, pela morte de seu pai ocorrida antes do seu nascimento (ex: STJ, REsp 1.487.089/SP).

(E) Correta. Com esteio nos fundamentos exarados nos itens antecedentes, forçoso concluir que é possível a postulação de danos morais em razão da morte do pai ocorrida antes do nascimento do autor, independentemente de prova de dor e sofrimento.

53

Aliás, a jurisprudência do STJ possibilita ao nascituro a indenização por danos morais, os quais devem ser decorrentes da violação da dignidade da pessoa humana (em potencial), desde que, de alguma forma, comprometam o seu desenvolvimento digno e saudável no meio intrauterino e o conseqüente nascimento com vida, ou repercutam na vida após o nascimento, como no caso em apreço.

Sob tal aspecto, no REsp 931.556, o STJ afiançou que “(...) é da essência do dano moral ser este compensado financeiramente a partir de uma estimativa que guarde alguma relação necessariamente imprecisa com o sofrimento causado, justamente por inexistir fórmula matemática que seja capaz de traduzir as repercussões íntimas do evento em um equivalente financeiro (...)”. “(...) O dano moral não é a dor; esta é a conseqüência irrecusável do dano naquele que o suporta – e como tal, é variável, imprecisa e inexpugnável aos olhares de terceiros. (...)”.

“(...) No mais, se fosse possível alguma mensuração do sofrimento decorrente da ausência de um pai, arriscaria dizer que a dor do nascituro poderia ser considerada ainda maior do que aquela suportada por seus irmãos, já vivos quando do falecimento do genitor. Afinal, maior do que a agonia de perder um pai, é a angústia de jamais ter podido conhece-lo, de nunca ter recebido dele um gesto de carinho, enfim, de ser

privado de qualquer lembrança ou contato, por mais remoto que seja, com aquele que lhe proporcionou a vida (...).”

DIREITO PENAL

2. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia) O sujeito que obtém para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, incorre no delito de

- (A) furto qualificado.
- (B) furto de coisa comum.
- (C) extorsão.
- (D) dano.
- (E) estelionato.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

54

Código Penal
Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

3. (VUNESP – 2018 – TJ-SP – Juiz de Direito Substituto) Quanto ao crime de estelionato, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, antes do recebimento da denúncia, não obsta a propositura da ação penal.
- (B) Configura crime de estelionato na modalidade fraude no pagamento por meio de cheque sem previsão de fundos a cártula emitida para pagamento de dívida preexistente.

(C) O estelionato na modalidade fraude para recebimento de indenização do seguro, crime de atividade formal, prescinde, para a consumação, da obtenção da vantagem ilícita em prejuízo alheio.

(D) A pena aumenta-se de 1/3 (um terço), se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência, excluindo-se entidades autárquicas da Previdência Social que são regidas por lei própria.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta. Súmula 554 do STF, interpretada ao inverso, indica que o pagamento até o recebimento da denúncia obsta ao prosseguimento da ação penal.

(B) Correta. Não configura crime de estelionato a emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos, ou a frustração do respectivo pagamento, se a cártula consubstancia pagamento de dívida preexistente (STJ RHC 19314 / CE).

(C) Incorreta. A doutrina é unânime ao afirmar que o delito é formal, em razão do descrito no art. 171, 2º, V do Código Penal.

(D) Incorreta. As entidades autárquicas da Previdência Social, como o INSS, estão abrangidas pela qualificadora.

55

09/04/2020

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (CEBRASPE – 2019 – TJ-PR – Juiz de Direito Substituto) À luz do entendimento jurisprudencial do STJ a respeito de aplicação da lei processual, de atos processuais e de execução fiscal, julgue os itens a seguir.

I - Nos processos judiciais, a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é regida pela lei vigente na data de prolação da sentença.

II - O prazo recursal da parte que for intimada, por oficial de justiça, a respeito de decisão judicial se inicia na data de cumprimento do mandado, e não com a juntada do mandado ao processo.

III - Na execução fiscal, o prazo de um ano de suspensão do processo, previsto na Lei de Execução Fiscal, e da respectiva prescrição intercorrente se inicia automaticamente na data de ciência da fazenda pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(I) Correta. “O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença (AgInt no REsp 1509088 / RJ; Relator(a) Ministro BENEDITO GONÇALVES (1142); PRIMEIRA TURMA; DJe 28/02/2019)”.

(II) Incorreta. “Nos casos de intimação/citação realizadas por Correio, Oficial de Justiça, ou por Carta de Ordem, Precatória ou Rogatória, o prazo recursal inicia-se com a juntada aos autos do aviso de recebimento, do mandado cumprido, ou da juntada da carta (REsp 1632777/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/05/2017, DJe 26/05/2017 – Informativo 604)”.

(III) Correta. “O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/1980 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução (RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018 – Informativo 635)”.

56

SÚMULAS DO STJ

2. Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006, é necessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, não sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: ERRADO

COMENTÁRIOS

Assertiva que se contrapõe ao texto da Súmula 587 do STJ:

“Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n.11.343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.”

3. É inaplicável o princípio da insignificância tanto nos crimes, como nas contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTA

COMENTÁRIOS

Enunciado de acordo com a Súmula 589 do STJ.

57

10/04/2020

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (Prova: CESPE - 2018 - PC-SE - Delegado de Polícia) Acerca do poder de polícia — poder conferido à administração pública para impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público —, julgue o próximo item.

São características do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

Certo ou Errado?

RESPOSTA: CERTO

COMENTÁRIOS

Os atributos do poder de polícia comumente elencados pela doutrina e jurisprudência são a (i) discricionariedade, a (ii) autoexecutoriedade e a (iii) coercibilidade.

a) Discricionariedade

De acordo com a doutrina tradicional, capitaneada por Hely Lopes MEIRELLES, o poder de polícia é atividade discricionária, pois a Administração disporia de um espaço de liberdade para decidir, num juízo de conveniência e oportunidade, sobre os atos de polícia.

Entretanto, como visto, há atividades de polícia vinculadas, a exemplo do consentimento de polícia de licença, que confere ao administrado, diante do atendimento de requisitos previstos em lei e atos regulamentares, direito subjetivo ao exercício de determinada atividade ou uso de bem.

Assim sendo, a doutrina mais moderna rejeita o presente atributo, embora ainda mereça menção por sua importância histórica e por corresponder à maioria dos atos de polícia.

b) Autoexecutoriedade

A autoexecutoriedade corresponde à possibilidade de a Administração executar/implementar suas medidas de polícia independentemente da interferência do Poder Judiciário.

Por se tratar de uma intrusão na esfera de liberdade dos particulares, somente existe mediante previsão legal ou em caso de urgência de interesse público, a exemplo da retirada de pessoas e demolição de imóvel que ameace ruína.

c) Coercibilidade

Cuida-se da possibilidade de a Administração impor, unilateralmente, medidas de polícia aos administrados, que devem cumpri-las independentemente de sua vontade e sem a intervenção do Judiciário, inclusive mediante o emprego de força e sob pena de aplicação de meios indiretos de coerção.

DIREITO ELEITORAL

2. (FCC - 2020 - TJ-MS - Juiz Substituto) O artigo 1o, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar federal no 64, de 18 de maio de 1990, estabelece, como causa de inelegibilidade para qualquer cargo, a condenação, pelos crimes que especifica, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena. A esse respeito, o Tribunal Superior Eleitoral tem decidido que

(A) o prazo concernente à hipótese de inelegibilidade em questão projeta-se por 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, seja ela privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa.

(B) o reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum afasta a inelegibilidade em questão.

(C) os crimes contra a ordem tributária não estão abrangidos pela citada hipótese de inelegibilidade.

(D) o Tribunal do Júri não pode ser considerado órgão judicial colegiado para os fins da aplicação dessa hipótese de inelegibilidade.

(E) os crimes previstos na Lei de Licitações (Lei federal no 8.666, de 21 de junho de 1993) não estão abrangidos pela citada hipótese de inelegibilidade.

59

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) Correta.

Súmula 61/TSE. “O prazo concernente à hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/1990 projeta-se por oito anos após o cumprimento da pena, seja ela privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa”.

(B) Incorreta.

Súmula 59/TSE. O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum não afasta a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/1990, porquanto não extingue os efeitos secundários da condenação.

(C) Incorreta.

Segundo decisão proferida na Ac.-TSE, de 19.12.2016, no AgR-REspe nº 40650, os **crimes contra a ordem tributária enquadram-se nos crimes contra a administração pública**, previstos no item “1”, da alínea “e”, inciso I, do art. 1, da LC 64/90, de modo são abrangidos pela hipótese de inelegibilidade tratada na questão.

(D) Incorreta.

Segundo decisão proferida na Ac.-TSE, de 11.11.2014, no RO nº 263449 e, de 21.5.2013, no REspe nº 61103: a inelegibilidade prevista no item 9, da alínea “e”, inciso I, do art. 1, da LC 64/90, **incide nas hipóteses de condenação criminal emanada do Tribunal do Júri, órgão colegiado soberano, integrante do Poder Judiciário.**

(E) Incorreta.

Segundo decisão proferida na Ac.-TSE, de 4.10.2012, no REspe nº 12922, **os crimes contra a administração e o patrimônio públicos**, previstos no item “1”, da alínea “e”, inciso I, do art. 1, da LC 64/90, **abrangem os previstos na Lei de Licitações.**

3. (FCC - 2020 - TJ-MS - Juiz Substituto) À luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, no âmbito do processo de registro de candidatos para disputa de mandato eletivo,

(A) a Carteira Nacional de Habilitação não gera a presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.

(B) o partido que não impugnou o pedido de registro de candidato não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

(C) há formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato e seu partido ou coligação, na ação de impugnação de registro de candidatura.

(D) compete à Justiça Eleitoral verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.

(E) o juiz eleitoral não pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, mesmo que resguardados o contraditório e a ampla defesa.

60

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) Incorreta.

Súmula 55/TSE. A Carteira Nacional de Habilitação gera a presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.

(B) Correta.

Súmula 11/TSE. No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

(C) Incorreta.

Súmula-TSE nº 39. Não há formação de litisconsórcio necessário em processos de registro de candidatura.

“[...] Inexiste, em impugnação de registro de candidatura, litisconsórcio passivo necessário entre o candidato e o partido político ou coligação pela qual se pretende concorrer às eleições. [...]” (Ac. de 18.9.2008 no AgR-REspe nº 29.627, rel. Min. Marcelo Ribeiro; no mesmo sentido o Ac. de 12.12.2000 nos EERESPE nº 18.151, rel. Min. Fernando Neves; e o Ac. de 13.10.2004 nos EARESPE nº 22.908, rel. Min. Gilmar Mendes.)

(D) Incorreta.

Súmula 58 do TSE: Não compete à Justiça Eleitoral, em processo de registro de candidatura, verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.

(E) Incorreta.

Súmula-TSE nº 45: Nos processos de registro de candidatura, o Juiz Eleitoral pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa

61

11/04/2020

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (Prova: CESPE - 2020 - TJ-PA - Oficial de Justiça – Avaliador) De acordo com o entendimento do STF, o uso de algemas

(A) é uma excepcionalidade e deve ser justificado previamente, de forma oral ou por escrito.

(B) é restrito à prisão penal, sendo inadmissível na prisão cautelar, devido ao princípio da inocência.

(C) ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, caso seja injustificado.

(D) ensejará a anulabilidade da prisão e dos atos subsequentes, caso seja injustificado.

(E) é lícito somente nas hipóteses de fundado receio de fuga e de perigo à integridade física de terceiros.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

Súmula Vinculante 11

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

2. (Prova: VUNESP - 2019 - Prefeitura de São José dos Campos - SP – Procurador) Nos exatos termos do art. 302 do CPP, considera-se em flagrante delito quem

- (A) cometeu a infração penal nas últimas 24h.
- (B) é imediatamente reconhecido como autor do crime pela vítima.
- (C) é avistado em conduta que gera fundada suspeita, logo após o crime.
- (D) é encontrado com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (E) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

62

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

Código de Processo Penal

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

- I - está cometendo a infração penal;
- II - acaba de cometê-la;
- III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

3. (Prova: FCC - 2019 - TJ-MA - Oficial de Justiça) São medidas cautelares diversas da prisão,

- (A) o reconhecimento de pessoas e a monitoração eletrônica.
- (B) o comparecimento periódico em juízo e o recurso em sentido estrito.
- (C) a proibição de ausentar-se da comarca e o regime aberto.
- (D) a proibição de manter contato com pessoa determinada e o interrogatório.
- (E) a fiança e a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

Código de Processo Penal

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

IX - monitoração eletrônica. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

63

Para você que chegou até aqui, nossa profunda admiração.
Vários temas relevantes foram revisados e teremos muito mais pelos próximos dias da Maratona Mege. Fiquem atentos aos grupos de Whatsapp e Telegram e não deixem de tentar responder antes do envio dos gabaritos.

Siga firme e bons estudos!